

O "pacote" leva o governo a um teste de credibilidade

por José Casado
de São Paulo

A equipe econômica governamental vai passar pelo que, provavelmente, será o seu maior teste de credibilidade interna e externa, ao anunciar, na próxima quarta-feira, um conjunto de decisões que tem como objetivo a redução do déficit do setor público a curto prazo — avaliam economistas de diferentes tendências.

Há consenso, entre esses economistas, quanto à necessidade de um imediato "ajuste" na economia brasileira, sem o qual o País não receberia o aval do Fundo Monetário Internacional (FMI) para levantar no exterior os recursos vitais à manutenção de sua estrutura econômica. Há consenso, também, de que esse "ajuste" provocará um agravamento da recessão econômica brasileira, a curtíssimo prazo.

Mas esses reflexos negativos na economia seriam absorvíveis na medida em que o governo apresente à Nação um "pacote" coerente, com mecanismos que, de fato, levem a uma reversão da expectativa inflacionária — ponderam José Júlio Senna, professor da Fundação Getúlio Vargas, Luciano Coutinho, da

Decisões e responsabilidades

O presidente da República examinará o "pacote" na segunda e terça-feira, devendo aprová-lo na quarta, mas não vai anunciá-lo à Nação. A responsabilidade direta, diante da opinião pública, será dos ministros da área econômica, segundo disse uma fonte do Palácio do Planalto ao editor Walter Marques, sexta-feira, em Brasília.

Esse "pacote" deverá conter, entre outras, as seguintes medidas:

- Área fiscal: tributação em 3% sobre aplicações no open market; criação de um empréstimo compulsório, via IR, para atender a calamidades no Sul e no Nordeste; antecipação para julho do IR dos

- bancos; redução de 4,8 para 1,5% do IOF;

- Extinção do limite de crédito dos bancos em noventa dias;

- Aumento dos juros do crédito rural para um limite de 85% da ORTN com compensação no preço mínimo;

- Amplo corte no custeio das empresas estatais;

- O Banco do Brasil passa a ser, exclusivamente, um banco comercial e o Banco Central perde suas funções de fomento;

- Redução dos subsídios do petróleo e do trigo;

- Aumento dos juros nos financiamentos à exportação (Resolução nº 674) e à pequena e média empresas.

Universidade Estadual de Campinas, e Maria da Conceição Tavares, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Senna acredita que, com o conjunto de medidas já enunciado (ver quadro), o governo federal está indo "na direção correta". A questão central, diz, "é se a sociedade vai-se convencer". Explica: "O governo vai ter de explicitar a crise cambial e as medidas que

está tomando de forma coerente. Os ministros precisam começar a falar em uníssono. Isso é absolutamente fundamental. Não se pode esquecer que o discurso governamental, nos últimos três anos, tem sido de austeridade. O povo pensa que estamos em recessão porque há austeridade. Mas a verdade é que o País está em recessão porque não houve austeridade,

apesar do discurso oficial. E tanto que em junho de 1981 a base monetária se expandia à média anual de 56% e nos últimos meses de 1983 tem-se expandido em torno de 100% ao ano".

Já Maria da Conceição e Luciano Coutinho consideram que o governo está "perdendo uma oportunidade, talvez a última". As medidas já enunciadas, na sua avaliação, representam "um tipo de maquiagem circense insuficiente e ridícula diante da gravidade da crise cambial", devendo agravar a recessão, incentivar a especulação financeira e tornar a taxa de juros mais rígida e elevada, mais desemprego e comprometimento da próxima safra. Segundo Coutinho, "não se está mexendo nos problemas principais, que são a dolarização da dívida interna, a superindexação do sistema de preços e o acordo com o FMI, que calcula o déficit pela variação nominal do endividamento do setor público".

Para Maria da Conceição Tavares, os empresários-membros do Conselho Monetário Nacional não deveriam endossar esse "pacote". Ela sugere que, em vez dessas medidas, o CMN comece imediatamente a desindexar a economia.